

**ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE  
RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, às 09h 16min no Auditório do Parque Massairo Okamura, ocorreu a 12ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 22ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 29 e Moção nº 08, que tratam do fomento a pesquisas em recursos hídricos; Apreciação da Minuta de Resolução nº 30, que trata da outorga de diluição de efluentes; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Flávio Cesário Peixoto, representante da SEDER; Sra. Telma Luzia Monteiro, representante da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sra. Alessandra Panizi e Souza, representante do INSTITUTO CREATIO; Sra. Rubia Fantin da Cruz, representante da ARPCA; Sra. Natanny Elida de Oliveira Mello, representante da RAEONGs; Sra. Maria de Fátima Amaral Moura, representante do COVAPÉ. O Secretário Executivo iniciou a reunião colocando em apreciação a Ata da 22ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, questionando aos conselheiros se existem alterações necessárias. A Conselheira Telma Monteiro colocou que gostaria que constasse em Ata que na data da 22ª Reunião ordinária, como havia sido previsto a realização da mesma na cidade de Rondonópolis e posteriormente cancelado, todas as atividades da Secretaria de Saúde naquela cidade foram agendadas para a semana da reunião, não sendo possível a participação das conselheiras representantes da SES na mesma. O Secretário Executivo questionou se esta informação poderia constar na ata da 12ª Reunião Extraordinária, ao que foi respondido positivamente pela conselheira. O Secretário Executivo questionou se mais algum conselheiro gostaria de alterar a ata, ninguém se manifestando, colocou a Ata da 12ª Reunião Extraordinária em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta, passou aos informes e colocou aos conselheiros que em novembro ocorrerá o Fórum Nacional de Comitês de Bacia, em Uberlândia – MG, destacando que existe um grande interesse para que membros do CEHIDRO participem. Ponderou que o deslocamento será feito através de ônibus fretado pela SEMA, saindo no dia 06/11 e retornando no dia 15/11, destacando ainda que a SEMA pretende arcar com os custos para usuários e representantes de ONGs que se interessarem em participar, entretanto não é possível pagar para membros do governo, neste caso deve sair a diária pela

35 respectiva secretaria. A conselheira Telma Monteiro questionou se este evento é  
36 realizado anualmente, sendo respondida pelo Secretario Executivo que sim, ao que a  
37 conselheira ponderou que a SES ira prever nos próximos PTAs a participação no mesmo.  
38 O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que durante a abertura do 9º Seminário  
39 Estadual de Recursos Hídricos será feito o lançamento do Plano Estadual de Recursos  
40 Hídricos – PERH e do Sistema de Controle de Outorga, ponderando que o PERH é o  
41 primeiro Plano feito por um dos estados da Amazônia e também o primeiro aprovado após  
42 o Plano Nacional de Recursos Hídrico e destacando que devido a estes fatos contaremos  
43 com a participação do Ministro de Meio Ambiente Carlos Minc no lançamento do mesmo.  
44 Ponderou ainda que é importante a participação do CEHIDRO no lançamento, pois foi o  
45 Conselho que aprovou o Plano, mas também como uma forma de fortalecer o Conselho.  
46 Ponderou também que temos a Moção nº 07, já aprovada pela Plenária e que solicita que  
47 não sejam alterados os textos referentes a recursos hídricos do novo Código Ambiental  
48 do Estado, destacando que durante a fala do representante do CEHIDRO pode ser  
49 realizada a entrega oficial da mesma. Colocou que na Mesa Oficial da abertura estará um  
50 representante do CEHIDRO, o qual deve ser eleito pela Plenária, e sugerindo que o  
51 representante fosse a Conselheira Alessandra Panizi, uma vez que ela foi uma das  
52 representantes do CEHIDRO na elaboração do novo código ambiental e que atuou  
53 também como coordenadora do grupo de trabalho que tratou do tema Recursos Hídricos.  
54 Colocou em votação a indicação da Conselheira Alessandra como representante do  
55 CEHIDRO na Mesa de Abertura do 9º Seminário Estadual de Recursos Hídricos e do  
56 Lançamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema de Controle de  
57 Outorga, o que foi aprovado por unanimidade. O Secretario executivo questionou então se  
58 a conselheira Alessandra Panizi aceita, ao que ela respondeu que sim, ponderando  
59 entretanto que deste evento devem participar todos os conselheiros e que poderia ser  
60 solicitado que os conselheiros tivessem um tempo para ficar a sós com o Ministro, para  
61 que possamos nos apresentar ao mesmo e mostrar que o CEHIDRO é atuante no Estado.  
62 O Secretario Executivo colocou que como teremos também a participação do Governador  
63 no evento, o cerimonial será realizado pela equipe de cerimonial do Governador e devido  
64 a isso ainda não sabemos realmente como será o andamento, porém iremos verificar a  
65 possibilidade junto aos mesmos. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que e  
66 possível fazer uma moção com esta solicitação e questionou se algum representante do  
67 Ministério do Meio Ambiente entrou em contato com a SEMA, ao que foi respondida pelo  
68 Secretario Executivo que o Sr. Marco Neves entrou em contato e garantiu a presença do

69 Ministro, destacando ainda que os gabinetes do Secretario e do Ministro já estão em  
70 contato. A conselheira Alessandra Panizi questionou se seria possível incluir isso na  
71 agenda do Ministro, pois desta forma ficaria certa a realização deste encontro dos  
72 conselheiros com o Ministro, sendo ponderado pelo conselheiro José do Carmo que  
73 acredita que será possível se conseguir este espaço através do próprio governo pois e do  
74 interesse do mesmo. O conselheiro José do Carmo questionou se a versão final do PERH  
75 esta disponível na internet, sendo respondido pela Secretária do CEHIDRO que o mesmo  
76 esta disponibilizado, entretanto foi encaminhado para correções gramaticais e estão  
77 sendo feitas as correções necessárias, sendo disponibilizada a versão final assim que  
78 forem feitos estes acertos. Ponderou ainda que no evento de lançamento do mesmo já  
79 teremos versões impressas para disponibilizar. O conselheiro José do Carmo ponderou  
80 que o questionamento da conselheira Alessandra Panizi sobre a possibilidade do  
81 encontro com o Ministro ficou sem resposta e que e necessário que os conselheiros  
82 sejam informados, uma vez que não teremos uma nova reunião do Conselho antes do  
83 evento, sendo respondido pelo Secretario Executivo que esta possibilidade será verificada  
84 e todos os conselheiros serão avisados assim que obtermos um posicionamento. O  
85 Secretario Executivo passou então ao próximo ponto da pauta, colocando aos  
86 conselheiros que durante a 11ª Reunião Extraordinária, foi solicitado que fosse elaborada  
87 uma minuta de resolução tratando do Fomento às pesquisas em recursos hídricos,  
88 entretanto a Secretaria Executiva, verificando suas competências no Regimento Interno e  
89 no Decreto que regulamenta o CEHIDRO que não possuímos esta atribuição, e  
90 elaboramos a Minuta de Resolução como solicitado bem como uma Minuta de Moção,  
91 como alternativa a mesma. A Secretaria do CEHIDRO colocou aos conselheiros que o  
92 texto da Minuta de Resolução e de Moção é basicamente o mesmo, diferenciando  
93 somente na Minuta de Moção, esta , solicita a criação de linhas de pesquisa voltadas a  
94 recursos hídricos e na Minuta de Resolução se determina a criação das mesmas. A  
95 conselheira Alessandra Panizi questionou se foi verificado juridicamente esta questão,  
96 sendo respondida pela Secretaria do CEHIDRO que sim, sendo inclusive verificado que o  
97 CNRH também utilizou o formato de Moção para este tema. O conselheiro José do Carmo  
98 solicitou que fosse colocado um subtítulo, com o assunto de que trata a moção, o que foi  
99 acatado pela secretaria executiva. O Secretario Executivo pôs em votação o descarte da  
100 Minuta de Resolução que trata do Fomento de pesquisas em recursos hídricos e a  
101 aprovação da Minuta de Moção com o mesmo tema, o que foi aprovado pelos  
102 conselheiros. O Secretario Executivo passou ao próximo item da pauta, colocando aos

103 conselheiros que seria apresentada a Minuta de Resolução n° 29, que trata da outorga de  
104 diluição de efluentes em rios de domínio do Estado e passou a palavra para a Sra. Ellen  
105 Pantoja, Gerente de Outorga, que faria uma apresentação da mesma aos conselheiros. A  
106 sra. Ellen Pantoja iniciou a apresentação explicando aos conselheiros alguns conceitos  
107 técnicos sobre como se procede a outorga de diluição, destacando que na Resolução  
108 apresentada se tem um ponto importante, o qual é uma inovação, que é a possibilidade  
109 de se analisar para a outorga diversos parâmetros. A conselheira Alessandra Panizi  
110 questionou como será feito o controle, já que se tendo efluentes distintos se terão  
111 diferentes padrões para cada um, sendo respondido pela Sra. Ellen Pantoja que o  
112 Sistema de outorga que será lançado juntamente com o PERH permitira este controle. A  
113 Sra. Ellen Pantoja apresentou aos conselheiros a fórmula que será utilizada para o cálculo  
114 da vazão de diluição, destacando que a mesma foi discutida na Câmara Técnica de  
115 Procedimentos de Outorga e Ações de Regulação – CTPOAR do CNRH, inclusive com  
116 participação do Marco Von Spelling, ponderando ainda que a mesma é um artifício  
117 matemático para que se permita calcular a outorga de diluição e que normalmente se tem  
118 uma vazão na área superior a Q95, o que garante um volume ainda maior para diluição  
119 dos efluentes que o utilizado nos cálculos na maior parte do tempo. O Secretário  
120 Executivo questionou o que será feito quando um empreendimento lançar um volume  
121 superior ao autorizado, sendo respondido pela Sra. Ellen Pantoja que o mesmo será  
122 fiscalizado. A conselheira Telma Monteiro questionou se existira uma rede de  
123 monitoramento, sendo respondida pela Sra. Ellen Pantoja que será difícil a SEMA  
124 conseguir ter esta rede, entretanto será exigido o auto monitoramento dos  
125 empreendimentos. A conselheira Natanny Mello questionou se será analisado caso a  
126 caso as solicitações de outorga ou será determinada uma quantidade padrão para os  
127 empreendimentos, sendo respondida pela Sra. Ellen Pantoja que os empreendimentos  
128 serão analisados caso a caso, até mesmo para avaliar a disponibilidade hídrica naquela  
129 bacia. O Secretário Executivo questionou como será feita a análise quando já existirem  
130 empreendimentos instalados mas não se possuir disponibilidade hídrica para diluição de  
131 efluentes para conceder a outorga aos mesmos, sendo respondido pela Sra. Ellen Pantoja  
132 que houve a preocupação com estes casos, colocando aos conselheiros que no art. 15 da  
133 Resolução n° 91 do CNRH é permitido que se faça um enquadramento transitório do  
134 trecho de rio, com o estabelecimento de metas progressivas para que o rio retorne aos  
135 níveis permitidos na classe em que se encontra enquadrado. Complementou ainda que o  
136 Estado de Espírito Santo utiliza inicialmente na fórmula a concentração existente no

137 trecho de rio e estabelece as metas progressivas através do enquadramento transitório, o  
138 que será feito também no Estado. O Secretario Executivo questionou se este  
139 estabelecimento de metas será feito somente quando se tiver empreendimentos já  
140 instalados, sendo respondido pela Sra. Ellen Pantoja que será feito somente para  
141 empreendimentos que possuam licença ambiental valida na data de publicação desta  
142 resolução, destacando que novos empreendimentos deverão se enquadrar nos padrões  
143 permitidos ou fazer o enquadramento formal, junto a sociedade, para poder se instalar. O  
144 Secretario Executivo colocou que temos esta preocupação pois os empreendimentos que  
145 já possuem licença ambiental e não pode simplesmente cancelá-las. A Secretaria do  
146 CEHIDRO colocou aos conselheiros que durante a elaboração da Minuta se teve a  
147 preocupação com a legalidade dos instrumentos que seriam utilizados neste processo, só  
148 se lançando mão dos já previstos na legislação. Dando continuidade, a Sra. Ellen Pantoja  
149 explicou aos conselheiros que a diluição de efluentes e a captação superficial não são  
150 concorrentes, uma vez que primeiramente se outorgará para diluição a porção da Q95  
151 não-outorgável para usos consuntivos, correspondente a 30% da Q95, e somente após  
152 outorgar todo este percentual que se outorgara para diluição de efluentes o percentual  
153 passível de outorga consuntiva, que neste caso ficará indisponível para esta,  
154 complementando que esta também é uma inovação da legislação. Terminada a  
155 apresentação, a Sra. Ellen Pantoja passou a leitura do Art. 1º. A conselheira Rubia Fantin  
156 da Cruz questionou se é permitida a diluição de efluentes em água subterrânea, sendo  
157 respondido pela Sra. Ellen Pantoja que a lei de conservação e uso das águas  
158 subterrâneas no Estado não permite. A Sra. Ellen Pantoja Leu o art. 2º, sendo sugerido  
159 pela conselheira Alessandra Panizi que no Inciso III fosse retirado o termo “e/ou” e  
160 colocado somente a conjunção “e”, o que foi aprovado pelos conselheiros. A Sra. Ellen  
161 Pantoja deu continuidade a leitura lendo os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º. O conselheiro José  
162 do Carmo questionou se o Art. 7º engloba as empresas já instaladas fazendo com que as  
163 mesmas se adequem, sendo respondido pela Sra. Ellen Pantoja que o mesmo foi escrito  
164 justamente para atender a estas situações, sendo complementado pela Secretaria do  
165 CEHIDRO que há necessidade de se ter um artigo mais flexível que englobe os  
166 empreendimentos já licenciados para que os mesmos possam se adequar a nova  
167 legislação. A Sra. Ellen Pantoja ponderou ainda que estes empreendimentos deverão se  
168 adequar as metas progressivas estabelecidas através da melhoria do seu sistema de  
169 tratamento de efluentes, destacando que existirão situações em que não é possível se  
170 melhorar a eficiência deste, sendo necessário nestes casos que a sociedade, através do

171 Comitê de Bacia e do enquadramento decida se deseja alterar a classe do rio,  
172 sacrificando o mesmo, ou se prefere a retirada do empreendimento. O Sr. Nédio Pinheiro  
173 questionou como será feito o enquadramento provisório, sendo respondido pela Sra. Ellen  
174 Pantoja que será feito através de ato próprio do órgão gestor, como definido pela  
175 Resolução n° 91 do CNRH, destacando porém que caso a sociedade não concorde com o  
176 enquadramento provisório pode fazer o enquadramento formal, o que será respeitado na  
177 concessão das outorgas. A Sra. Ellen Pantoja leu os artigos 8° e 9°, sendo sugerido pela  
178 conselheira Telma Monteiro que fosse colocado o termo “resíduo” antes de “radioativo”, o  
179 que foi aprovado. A Sra. Ellen Pantoja terminou a leitura da Resolução, inclusive a do  
180 anexo I. O Secretario Executivo agradeceu a brilhante apresentação da Sra. Ellen Pantoja  
181 e colocou em votação a Minuta de Resolução n° 29, que trata da diluição de efluentes em  
182 rios de domínio do Estado, a qual foi aprovada por unanimidade. A conselheira Telma  
183 Monteiro colocou aos conselheiros que talvez os mesmos não tenham noção da  
184 importância da aprovação desta Resolução n° 29, mas que a mesma é uma coroação a  
185 todo um processo e um anseio dos profissionais de engenharia sanitária e de todos os  
186 profissionais que lidam com esta temática no Estado, pois estabelece padrões a serem  
187 seguidos e respeitados, garantindo também um maior controle da poluição hídrica. O Sr.  
188 Nédio Pinheiro questionou ao Secretario Executivo como está o andamento das decisões  
189 tomadas pelo CEHIDRO, sendo respondido que em relação à alteração da Lei  
190 8.097/2004, que trata do uso e conservação das águas subterrâneas, a mesma está  
191 sendo formatada e será encaminhada ao Gabinete do Secretario, o qual deverá  
192 encaminhar a Sub-Procuradoria de Meio Ambiente para revisão e então encaminhada  
193 para a Assembléia Legislativa. Ponderou que em relação a resolução n° 28, que trata da  
194 suspensão temporária da perfuração de poços, a mesma encontra-se com o secretario  
195 para assinatura e publicação e que a Moção n° 07, que será encaminhada a Assembléia,  
196 já está assinada e está com a Secretaria do CEHIDRO. A Secretaria do CEHIDRO  
197 colocou aos conselheiros que foi publicado também o Edital de Convocação para as  
198 eleições para Representantes não Governamentais e usuários de água para o Biênio  
199 2010/2011, destacando que os documentos deverão ser entregues na Secretaria  
200 Executiva no período de 13/10 a 13/11 e que o mesmo será encaminhado por e-mail para  
201 os conselheiros, solicitando que os mesmos o divulguem aos seus pares. O Secretário  
202 Executivo colocou aos conselheiros que mais uma vez o CEHIDRO cumpriu sua função  
203 na regulamentação da Política Estadual de Recursos Hídricos e informou aos  
204 conselheiros que a Secretaria Executiva foi questionada quanto ao andamento das

205 decisões tomadas pelo CEHIDRO, ponderando que o que compete a Secretaria Executiva  
206 e realizado, entretanto o CEHIDRO muitas vezes toma decisões que dependem de  
207 esferas superiores e isto ultrapassa nossa competência, destacando ainda que tudo que e  
208 de competência da Secretaria Executiva e passível de ser feito pela mesma, é realizado  
209 da forma mais rápida possível. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo  
210 agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 10h 44min e eu, Sibelle  
211 Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo  
212 Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

213  
214  
215 \_\_\_\_\_  
216 **LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN**

217 Presidente do CEHIDRO

\_\_\_\_\_

**LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI**

Secretário Executivo do CEHIDRO

218  
219 *\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 09/11/2009.*

220 *\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*